

João Batista Araújo e Oliveira

A educação fica cada vez mais à distância para milhões de brasileiros. A perspectiva de poder contar com um sistema educacional eficaz, eficiente e equitativo se torna remota com a incapacidade dos gestores dos assuntos educacionais de lidar criativamente com a inovação e os desafios do presente e do futuro. É bem verdade que os recursos para o setor vêm aumentando consideravelmente. Somente o orçamento do Ministério da Educação aumentou quase cinco vezes, em termos reais, no último ano. Os municípios e estados também estão ampliando a sua participação, como resultante da Emenda Calmon. De visível, no entanto, só se tem notícia da modernização do sistema da merenda escolar. E de um bonito texto intitulado Educação para Todos, mas cujos efeitos ainda não se fizeram sentir.

São muito precárias as condições da escola pública no Brasil. Em termos quantitativos, nossos sistemas públicos de creches e de custódia para menores desamparados são virtualmente inexistentes. O pré-escolar ainda engatinha, apesar de a criança já estar correndo. A escola convencional reprova ou retém 50% dos candidatos na primeira série e ainda deixa de fora mais de 7 milhões que irão engrossar o caudal de outros vinte e tantos milhões de adultos analfabetos. A escola de segundo grau é privilégio de minorias, e o ensino superior público alcança menos de 600 mil alunos, o que corresponde a menos de meio por cento da população. São números que nos colocam entre os países mais atrasados da América Latina e da África. Estamos, hoje, no ensino básico, muito piores do que estavam a Inglaterra antes do final do século, e o Japão, depois de sua Revolução Meiji. Uma vergonha nacional.

Para o ano 2000, que já bate às nossas portas, os países membros da CEE indicam, através de recentes estudos da OECD, que o adulto médio terá pelo menos quatro profissões durante sua vida. Em termos educacionais, isto significa que aprender a aprender e ter condições de aprender é o grande desafio que se coloca à escola dos anos 80 e 90. Enquanto isso, nos preocupamos com registro de diplomas e regulamentação de profissões!

Por outro lado, são inequívocos os resultados de inúmeros estudos levados a efeito pelo Banco Mundial e que demonstram que as taxas de retorno relativas aos investimentos realizados com educação básica se encontram entre as melhores opções de inversões públicas. Ou seja, educação básica é um grande negócio. E tão melhor negócio quanto mais pobre é um país.

Dentre os inúmeros entraves ao desenvolvimento de uma política educacional no Brasil encontra-se a dificuldade em lidar com alternativas, a aderência a modelos únicos, rígidos, padronizados, centralizados e formais. O ensino à distância tem se provado, no mundo inteiro, como uma importante e eficaz alternativa para o equacionamento de inúmeros problemas educacionais. Mesmo no Brasil, já tivemos importantes e bem-sucedidos projetos, utilizando correspondência ou meios de comunicação à distância, como no caso do Projeto Logos II, para formação de professores leigos; o projeto Acesso, da Petrobrás; e o Posgrad, que se destinou à especialização de professores universitários. No campo não formal, programas de extensão como o Globo Rural dão a dimensão da revolução educacional e tecnológica que se pode fazer com o apoio dos meios de comunicação de massa.

Há ainda outros projetos que, pelo seu valor, acertos e desacertos, nos legaram importantes ensinamentos, como os telecurso e o próprio projeto Saci. Há inúmeros projetos de menor amplitude e menos visibilidade, mas cuja eficácia e pertinência também se encontram devidamente comprovados. E há, naturalmente, aberrações, que ao que parece são as únicas que chegam ao conhecimento do público em geral. Apesar de tudo o que se fez e dos conhecimentos que se acumularam, neste país, ainda não dispomos, nem de longe, de uma política de teleeducação ou de projetos de ensino à distância que se relacionem com problemas substantivos e graves de nossa educação. O que temos são iniciativas e contra-ordens de natureza espasmódica, e que ocorrem de forma acidental, pulverizada e descontínua. O satélite que temos serve para o futebol, as telenovelas e o carnaval, mas não se cogita de seu uso para a educação. Satélite sem educação!

A aversão à utilização do ensino à distância é compartilhada por burocratas, políticos e mesmo parcelas significativas da comunidade universitária. Os burocratas geralmente ajem por ignorância, incompetência ou mediocridade. Os políticos, por puro preconceito ou pelo descaço pelas questões de equidade e qualidade. No seio da comunidade universitária, há bastante ignorância a respeito da questão, mas o que predomina são os preconceitos. Em grande parte surgem como medo de perda de posições, temor de perda de mercado de trabalho, ou, simplesmente, por falta de compromisso com as noções básicas de eficácia e eficiência, que raramente permeiam qualquer discussão dentro do setor educacional. Vivemos, também, a síndrome do projeto piloto: faz-se uma experiência, outra, outra mais. O que deu certo é descartado, vejamos a próxima novidade. Não é à toa que alguém já disse que se a penicilina fosse assunto educacional, ela ainda estaria na fase de testes-piloto. No terreno prático, o maniqueísmo no relacionamento com o setor privado tem impedido a realização de interessantes empreendimentos, sobretudo por parte das escolas por correspondência e as televisões comerciais. Por seu lado, a instituição oficial de teleeducação continua vítima do empreguismo, do descompromisso, e fiel à sua irresistível vocação para a clandestinidade e o anonimato. As tentativas de articulação entre produção central e regional acabam levando à federalização de instituições regionais, como no caso da Fundação Televisual do Maranhão.

Nesta semana de 16 a 20 de junho, a cidade do Rio de Janeiro oferecerá aos responsáveis pela educação no país uma oportunidade ímpar de refletir a respeito das potencialidades do ensino à distância. Por iniciativa da International Association for Educational Assessment, e sob a direção do Cesgranrio, estará se realizando a sua Conferência Anual, cujo tema será o da Democratização da Educação pelo Ensino à Distância. Teremos entre nós avaliadores do melhor calibre, refletindo sobre as experiências de inúmeros países, desenvolvidos ou não, no uso dessas tecnologias. Oxalá consigamos aprender alguma coisa, e deixar de lado essa bobagem de dizer que no Brasil não dá, que aqui a natureza humana é diferente. Oxalá consigamos enxergar a tempo que apenas com as soluções convencionais e os recursos de que dispomos jamais iremos sair do subdesenvolvimento educacional em que nos encontramos. E enquanto isso marginalizamos milhões de brasileiros. De outra forma, continuaremos, rumo ao século 21, tendo a educação como uma quimera, e o bom ensino próximo somente de alguns privilegiados. Ou seja, à distância da maioria.